

DOI: 10.70513/ensinar-aprender-transformar.15

Meritocracia e Justiça Social no Ensino Superior Brasileiro: contradições e possibilidades para uma educação emancipatória

Luma Costa Minotto Pereira

Universidade Federal do Pampa, lumapereira.aluno@unipampa.edu.br

Pérsen Teixeira Bueno

Universidade Federal do Pampa, personbueno.aluno@unipampa.edu.br

Introdução

Falar de meritocracia e justiça social no ensino é também falar sobre o tipo de sociedade que escolhemos construir. Este artigo nasce da vivência de dois operadores do Direito que, ao ingressarem no campo da Educação, encontraram no espaço acadêmico o reflexo das mesmas contradições que atravessam os tribunais e as ruas: a crença de que o esforço individual é suficiente para vencer barreiras históricas e estruturais. Em nossa trajetória como advogada e pesquisadora, e como operador do direito e educador em formação, percebemos que a meritocracia, muito além de um conceito abstrato, tornou-se um discurso legitimador de desigualdades, travestido de justiça e eficiência.

A escolha pelo tema se justifica por sua relevância social e política. A educação, especialmente no ensino superior, tem sido convocada a democratizar o acesso e promover a inclusão, mas segue sustentada por critérios que perpetuam a exclusão sob a aparência da neutralidade. Ao transformar a competição em virtude, o mérito individual acaba naturalizando o privilégio. Essa lógica se repete tanto nas práticas avaliativas quanto nas políticas institucionais, nas quais o sucesso é medido pelo desempenho, e não pela trajetória ou pelas condições de partida. Refletir sobre isso é indispensável em um país cuja história foi marcada pela desigualdade e pela seletividade de oportunidades.

Nosso interesse, portanto, é compreender de que maneira o discurso meritocrático se

constrói e se mantém como princípio moral dentro das instituições educacionais, especialmente nas universidades públicas. Partimos do entendimento de que a meritocracia não se limita a um ideal de esforço pessoal, mas opera como mecanismo simbólico de reprodução das desigualdades. Ao justificar o sucesso e o fracasso como resultados de escolhas individuais, o sistema educacional desloca a responsabilidade coletiva pela equidade, convertendo a injustiça em falta de mérito. A crítica à meritocracia é, nesse sentido, uma crítica à própria forma como concebemos a educação e o papel da escola na construção de uma sociedade justa.

Como operadores do Direito, reconhecemos que a ideia de mérito se insere em um arcabouço jurídico e moral que valoriza a competição, a eficiência e a produtividade — princípios que, quando transpostos à educação, desumanizam o processo de ensino e aprendizagem. É nesse ponto que o olhar jurídico se encontra com o olhar pedagógico: a meritocracia, quando aplicada ao campo educacional, produz exclusões semelhantes às que observamos nas estruturas do sistema de justiça. Ambas se alimentam da crença na igualdade formal e ignoram as desigualdades materiais que determinam as reais condições de participação.

Enquanto pesquisadores em Ensino, acreditamos que a universidade deve ir além da transmissão de conhecimento e assumir um compromisso ético com a transformação social. Discutir meritocracia e justiça social é discutir a própria função pública da educação: se ela existe para reproduzir hierarquias ou para questioná-las; se serve à manutenção da ordem ou à emancipação dos sujeitos. Ao longo da formação docente, torna-se impossível ignorar que a ideia de mérito, muitas vezes, é usada para mascarar o fracasso coletivo de um sistema que ainda exclui, ainda seleciona, ainda hierarquiza.

Dessa inquietação nasce esta pesquisa, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, fundamentada em autores que têm refletido criticamente sobre a relação entre mérito, desigualdade e educação. O objetivo geral é analisar como a meritocracia, enquanto discurso legitimador, compromete a efetivação da justiça social no ensino superior brasileiro. Especificamente, busca-se: (1) compreender as raízes sociais e históricas da meritocracia e suas implicações educacionais; (2) discutir as tensões entre mérito e equidade no contexto universitário; e (3) apontar caminhos para uma educação mais justa, cooperativa e humanizadora.

Mais do que um exercício acadêmico, este estudo é também um gesto de esperança. É um chamado à reflexão sobre o papel da educação na construção de novas formas de convivência e reconhecimento. Acreditamos que superar a lógica meritocrática é um desafio ético, político e humano — um passo essencial para devolver à escola e à universidade o seu sentido mais profundo: o de formar sujeitos críticos, solidários e conscientes de que a verdadeira justiça não se mede por quem chega primeiro, mas por quantos conseguem caminhar juntos.

A Construção do Discurso Meritocrático e suas Raízes Sociais

Falar em meritocracia é, inevitavelmente, falar sobre desigualdade. Trata-se de um discurso

que veste a injustiça com as roupas da moralidade e transforma o privilégio em virtude. No campo educacional, ele ganha contornos ainda mais sutis: a escola é apresentada como o espaço onde todos teriam as mesmas oportunidades, bastando empenho e esforço individual para alcançar o sucesso. No entanto, essa promessa de igualdade esconde a profunda assimetria de condições que marca a vida dos sujeitos — sobretudo daqueles que carregam, desde o nascimento, o peso social de não pertencer ao ponto de partida idealizado. A meritocracia é, nesse sentido, uma narrativa sedutora porque oferece sentido à desigualdade. Ao afirmar que cada um tem o que merece, ela pacifica consciências e naturaliza hierarquias.

Pierre Bourdieu foi um dos que mais profundamente desvelou o funcionamento invisível dessa lógica. Em *A economia das trocas simbólicas*, o autor demonstra que as estruturas de dominação se sustentam justamente porque são reconhecidas como legítimas pelos próprios dominados. “O poder simbólico é um poder que se exerce com a cumplicidade daqueles que não o reconhecem como tal” (Bourdieu, 2006, p. 15). A escola, portanto, não é apenas um espaço de formação de saberes, mas o cenário onde se consolidam as hierarquias culturais e se perpetua o arbitrário social. Ao transformar heranças em talentos e privilégios em mérito, o sistema educacional converte desigualdade em justiça — e o faz de maneira tão natural que chega a parecer neutro.

A leitura de *A reprodução*, de Bourdieu e Passeron, analisada por Valle (2022), permanece fundamental para compreender como o discurso meritocrático se institucionalizou. Como observa a autora, essa obra “continua sendo uma referência incontornável à pesquisa em sociologia da educação em razão das questões que discute e das categorias teórico-metodológicas que mobiliza para a reflexão crítica das políticas educacionais” (Valle, 2022, p. 1). Valle destaca que, nas sociedades contemporâneas, “a reprodução da ordem social e a persistência de desigualdades e injustiças são promovidas, essencialmente, pelas estratégias escolares” (Valle, 2022, p. 3). Ou seja, é no interior da própria escola — instituição que promete emancipação — que se articulam as práticas de legitimação das desigualdades. A promessa de democratização da educação, quando desvinculada das condições materiais e culturais de acesso, torna-se uma falácia cuidadosamente reproduzida sob o nome de mérito.

A meritocracia, assim, opera como uma tecnologia social de controle: recompensa o ajustamento e penaliza a diferença. Aqueles que não se encaixam nas normas do sucesso escolar são convertidos em exemplos de fracasso, como se o insucesso fosse uma escolha, e não o reflexo de um sistema que privilegia determinados modos de ser, falar e existir. Bourdieu (1980) já denunciava essa lógica ao afirmar que a escola, ao reproduzir o arbitrário cultural das classes dominantes, cria um tipo de violência simbólica tão eficaz quanto silenciosa. Ao substituir o sangue nobre pela “excelência” acadêmica, o sistema educacional institui uma nova aristocracia: a do mérito.

Mas é em Bernard Lahire que essa crítica ganha um tom de humanidade e complexidade. Em *Sucesso escolar nos meios populares*, o autor rompe com a ideia de que as classes populares são um bloco homogêneo condenado ao fracasso escolar. Ele pergunta:

Quais são as diferenças internas aos meios populares suscetíveis de justificar variações, às vezes consideráveis, na escolaridade das crianças? O que pode esclarecer o fato de que uma parte delas [...] consegue escapar desse risco e até mesmo, em certos casos, ocupar os melhores lugares nas classificações escolares? (Lahire, 1997, p. 12).

A interrogação de Lahire não nega a força das estruturas, mas reconhece a agência dos sujeitos. Ao observar que “ao construir contextos mais restritos, somos levados a desconstruir as realidades que os indicadores objetivos nos propõem, a heterogeneizar o que havia sido homogeneizado” (Lahire, 1997, p. 33), ele nos lembra que a sociologia da educação não deve apagar a singularidade das experiências.

Essa visão é essencial porque rompe com o fatalismo estrutural e, ao mesmo tempo, desmascara o otimismo meritocrático. Lahire nos mostra que o sucesso improvável dos alunos populares não é prova da justiça do sistema, mas da complexidade da vida social. O que parece mérito individual, na verdade, resulta de redes de apoio, disposições familiares, e contextos de socialização que escapam à lógica fria das estatísticas. É o que também evidencia Jesus (2021) ao investigar as configurações familiares e o desempenho escolar: o êxito não é fruto isolado da vontade, mas da presença — de vínculos, incentivos e mediações que a meritocracia insiste em ignorar.

A leitura contemporânea de Guindani e Koga (2022) – professores por excelência e pesquisadores em meritocracia, de onde grande parte das inquietações deste estudo surgiram – amplia essa discussão ao situar a meritocracia no contexto neoliberal. Em *O novo sucesso: uma crítica à meritocracia*, os autores apontam como o discurso do “vencedor” e do “empreendedor de si mesmo” se tornou o novo mandamento moral da sociedade. “A ideia de que alguém consegue algo sozinho é o primeiro passo para combatermos a arrogância daquele privilegiado que não tem consciência do seu privilégio” (Guindani & Koga, 2022, p. 8). Sob o manto do esforço pessoal, o mérito transforma desigualdade em mérito e fracasso em culpa. “O discurso meritocrático legitima a desigualdade social ao sustentar que todos possuem as mesmas oportunidades e estão no mesmo ponto de largada para a corrida do sucesso” (Guindani & Koga, 2022, p. 9). Essa corrida, no entanto, começa em pistas diferentes: alguns largam de carros potentes, enquanto outros seguem a pé — mas o sistema insiste em chamar isso de justiça.

A meritocracia também dialoga com o que François Dubet (2001) chama de desigualdades multiplicadas. O autor argumenta que a promessa moderna de igualdade foi fragmentada pela lógica da competição e do desempenho, o que fez da escola um campo de distinção permanente. Para Dubet, a justiça social requer mais do que igualdade de oportunidades: requer igualdade de resultados significativos e reconhecimento das condições concretas de existência. Essa leitura se aproxima da de Amartya Sen (2000) quando afirma que liberdade sem condições materiais é apenas uma abstração moral. Em ambos, a crítica à meritocracia ganha densidade: o mérito, quando descolado da equidade, não é virtude, é privilégio travestido de justiça.

Ao pensar a educação sob essa lente, Paulo Freire (1996) também nos lembra que o processo de ensinar é, antes de tudo, um ato político. O educador não pode ser neutro diante da desigualdade. A neutralidade, nesse contexto, é cumplicidade. E talvez seja essa a grande questão do nosso tempo: a educação precisa escolher entre reproduzir a lógica do mérito ou reinventar a lógica da justiça.

A partir desse entrelaçamento teórico, compreende-se que a meritocracia não é apenas uma ideologia escolar, mas uma racionalidade social. Ela molda o olhar com que cada um julga a si e ao outro, define quem é digno de reconhecimento e quem é culpado pelo próprio fracasso. Mais do que uma teoria, é uma crença — e, por isso mesmo, exige ser desfeita pela crítica. Como lembra Valle (2022), ao revisitar Bourdieu, compreender a meritocracia é compreender “o quanto a escola ensina a docilidade social do mérito”: o hábito de aceitar como justo aquilo que, em essência, é produto da desigualdade.

Desconstruir o discurso meritocrático, portanto, é tarefa política e pedagógica. Implica olhar para a educação como espaço de disputa, e não de neutralidade; como campo de transformação, e não de reprodução. É nesse horizonte que se desenha a urgência de uma justiça social que ultrapasse o discurso do esforço individual e reconheça, enfim, que ninguém chega sozinho — e que todo sucesso verdadeiro é, antes de tudo, coletivo.

A crítica à meritocracia não se encerra na denúncia de suas injustiças simbólicas, mas se expande como reflexão sobre o tipo de sociedade que ela sustenta. Como observam Guindani e Koga (2022), “a meritocracia sustenta-se em um mito: o de que bastaria o esforço individual para alcançar o sucesso, ignorando as desigualdades estruturais que determinam o ponto de partida de cada sujeito” (p. 18).

Essa ilusão, travestida de justiça, funciona como mecanismo de apaziguamento moral: quanto mais se acredita que todos podem vencer, menos se questiona a estrutura que define quem parte na frente. Mészáros (2007, p. 21) reconhece que “o sistema do capital tem um caráter eminentemente histórico, mas suas personificações recusam-se a admiti-lo, no interesse de eternizar sua forma de controle”, e é precisamente nesse processo de naturalização que a escola cumpre papel central. Ao reproduzir a lógica da competição, a educação transforma desigualdade em mérito e desamparo em falta de esforço, apagando a dimensão coletiva da justiça. Para romper esse ciclo, é preciso resgatar a dimensão histórica e política do ato de educar — compreendendo que não há transformação individual sem transformação social.

Meritocracia e Justiça Social no Ensino Superior Brasileiro

Pensar a meritocracia no contexto do ensino superior brasileiro é refletir sobre um sistema que, embora se apresente como espaço de ascensão social e democratização do conhecimento, ainda opera sob a lógica de exclusão simbólica e desigualdade estrutural. As universidades, enquanto instituições socialmente legitimadas para distribuir prestígio, saber e reconhecimento, tornaram-se, também, espaços de tensão entre o ideal de justiça social e as práticas meritocráticas que definem quem pode — e quem não pode — pertencer a esse universo. Sob o manto da neutralidade e do desempenho, perpetuam-se hierarquias de

classe, raça e território, agora traduzidas na linguagem sofisticada do mérito acadêmico.

François Dubet, ao analisar as transformações do ensino superior, adverte que o processo de democratização educacional não é sinônimo de justiça. Em *Qual democratização do ensino superior?*, o autor observa que “a meritocracia acadêmica constrói uma hierarquia de competências que é também social, com forte impacto reprodutivo” (Dubet, 2015, p. 255). Essa hierarquia, fundada em critérios supostamente objetivos de desempenho, opera como um espelho das desigualdades sociais que a escola deveria mitigar. O mérito, nesse cenário, é apenas a face refinada de uma seleção social que se repete e se atualiza sob novas formas.

Dubet (2015, p. 257) também recorda que “a massificação do ensino superior desempenhou papel democrático objetivo ao aumentar mecanicamente as possibilidades de se fazer estudos longos, mas nem todas as categorias sociais se beneficiam da mesma forma dessa abertura”. A ampliação das vagas e o acesso mais amplo não significaram, necessariamente, equidade nas condições de permanência e reconhecimento. O ingresso tornou-se mais acessível, mas o sucesso acadêmico continua atravessado por desigualdades históricas. Em outras palavras, a democratização quantitativa do ensino não se converteu em democratização qualitativa.

É nesse ponto que a crítica de Guindani e Koga (2022) se torna indispensável. Ao analisar a naturalização do mérito nas políticas educacionais e sociais, os autores demonstram que o discurso meritocrático — travestido de neutralidade e eficiência — serve, na verdade, à manutenção da estrutura social. Ao transformar o desempenho em critério absoluto de justiça, a lógica do mérito desconsidera as condições concretas que antecedem o sucesso. Para esses autores, o ideal meritocrático é a máscara contemporânea do privilégio, pois desloca a questão da desigualdade para o campo moral da vontade individual, anulando as responsabilidades coletivas e institucionais. Essa visão se entrelaça com o diagnóstico de Bourdieu (2006), para quem a escola atua como o “templo da legitimação” das desigualdades, ao converter heranças culturais em dons pessoais.

O estudo de Silva, Xavier e Calbino (2022) amplia essa discussão ao abordar a percepção de professores universitários sobre cotas e mérito. Os autores afirmam que “o discurso da meritocracia mascara uma reprodução social e mantém uma ordem que prima as desigualdades sociais” (Silva; Xavier; Calbino, 2022, p. 6). Essa constatação revela a resistência simbólica que ainda permeia parte do corpo docente e de gestores das instituições de ensino superior — muitos dos quais, formados sob a lógica meritocrática, percebem as políticas afirmativas como ameaças à “excelência” acadêmica. Ao mesmo tempo, o estudo reforça que

as ações afirmativas não impossibilitam que o indivíduo expresse seus talentos e aptidões. O princípio da igualdade de oportunidades não é anulado, pois pressupõe a preservação da mobilidade social. (Silva; Xavier; Calbino, 2022, p. 10).

Essa leitura é fundamental, pois recoloca a equidade não como contrária ao mérito, mas como condição para que o mérito possa existir de forma justa e contextualizada.

Em uma direção semelhante, Stankevecz e Bertoncini (2021) analisam os impactos do neoliberalismo sobre a noção de justiça social, afirmando que

o neoliberalismo, com o resgate dos princípios do capitalismo liberal e marcado pela privatização, não apenas das empresas estatais, mas também dos serviços sociais, promove a substituição da justiça social pela lógica do mérito individual. (Stankevecz; Bertoncini, 2021, p. 3).

Essa substituição é central para compreender o esvaziamento do conceito de justiça nas políticas públicas de educação superior. O mérito, enquanto critério absoluto, desloca a atenção da responsabilidade estatal para o esforço individual, reforçando a ideia de que a desigualdade é natural e, portanto, aceitável. Como alertam os autores, “o acesso a estes serviços acaba sendo atribuído ao mérito e ao desempenho, aumentando as desigualdades sociais” (Stankevecz; Bertoncini, 2021, p. 1). Essa constatação revela o caráter regressivo de um sistema que transforma direitos em privilégios e o ensino superior em mercadoria.

Sob essa lente, torna-se evidente que o discurso da meritocracia no ensino superior brasileiro não é apenas uma ideologia, mas um modo de governar subjetividades. Ele molda o comportamento dos estudantes, institui a lógica da performance e transforma o aprender em competição. Como observa Valle (2022), as universidades reproduzem os mecanismos simbólicos da distinção social ao consagrarem determinadas formas de capital — cultural, econômico e social — como critérios de legitimidade. Desse modo, a desigualdade deixa de ser um problema estrutural e passa a ser interpretada como incapacidade individual. É o triunfo da lógica da culpabilização.

A teoria de Dubet (2001) sobre as desigualdades multiplicadas ajuda a compreender a profundidade desse processo. Ao contrário das concepções lineares de mobilidade social, Dubet sustenta que a sociedade moderna fragmentou os princípios de justiça: convivem, hoje, a lógica da igualdade, a lógica do mérito e a lógica da eficiência — frequentemente em contradição. O resultado é um sistema em que todos falam em justiça, mas poucos concordam sobre o que ela significa. A meritocracia se impõe como a forma dominante dessa disputa porque oferece uma resposta simples e moralmente confortável: se todos partem do mesmo ponto, basta correr.

O problema é que ninguém parte do mesmo ponto.

Sen (2000) afirma que a justiça deve ser medida não pelas oportunidades formais, mas pelas capacidades reais dos indivíduos — aquilo que efetivamente podem fazer e ser. Fraser (2003), por sua vez, defende que a justiça social exige uma combinação de redistribuição e reconhecimento, isto é, políticas que corrijam tanto as desigualdades econômicas quanto as simbólicas. Aplicadas à educação, essas ideias reforçam que o mérito só pode ser legítimo se for precedido por equidade. Caso contrário, ele se converte em retórica moral que mascara exclusões.

É nesse ponto que Paulo Freire (1996) reaparece como referência incontornável. Sua pedagogia da libertação rompe com a neutralidade e resgata o sentido político do ato de educar. Para Freire, não há ensino neutro: toda prática educativa é uma escolha ética e ideológica. Ao negar as condições concretas dos estudantes e ao celebrar a meritocracia, a universidade se afasta de sua função social e reitera a opressão que diz combater. A educação libertadora, ao contrário, busca reconhecer o sujeito em sua inteireza — suas limitações, contextos, saberes e potencialidades — e, a partir daí, construir caminhos de emancipação.

No contexto brasileiro, esse debate ganha contornos urgentes. O ensino superior, embora formalmente democratizado, ainda é atravessado por desigualdades raciais, regionais e de classe que o discurso do mérito tende a ocultar. Políticas como o PNAES, as cotas raciais e sociais e os programas de permanência estudantil são tentativas de corrigir parcialmente essa distorção. Contudo, enquanto a lógica meritocrática seguir estruturando as relações acadêmicas, o acesso e o sucesso continuarão a ser medidos pelos mesmos critérios que sempre beneficiaram poucos. A universidade, quando se rende à ideologia do desempenho, esquece que o conhecimento é, antes de tudo, um bem público — e não um prêmio.

Em suma, a meritocracia no ensino superior brasileiro constitui um campo de disputa entre duas racionalidades: a da eficiência individual e a da justiça social. Entre o mérito e o direito, entre o esforço e a equidade, o desafio está em resgatar a educação como prática de liberdade, e não de exclusão. Como lembra Dubet (2015), a verdadeira democratização não está apenas em abrir as portas da universidade, mas em garantir que todos possam permanecer e se reconhecer dentro dela.

Superar a lógica meritocrática implica reinventar a própria ideia de educação e de sucesso. Dubet (2015) recorda que “massificação não equivale à democratização” (p. 257), lembrando que ampliar o acesso não basta quando os critérios de avaliação continuam subordinados à lógica da exclusão. Mészáros (2011, p. 16) reforça que “é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e também o Estado”, mostrando que a libertação do sujeito passa, necessariamente, pela transformação das estruturas que o oprimem.

Paulo Freire (1996) segue o mesmo caminho ao defender que nenhuma pedagogia pode ser neutra: toda prática educativa é um ato ético e político. A verdadeira educação justa, portanto, é aquela que reconhece as condições concretas de cada sujeito e recusa o discurso de que o mérito basta. Falcão (2023) sintetiza essa urgência ao afirmar que “a retórica da meritocracia, camuflada à medida que o sucesso e o fracasso se engrenam em eventos fora do controle do indivíduo, tem causado paradoxos sociais” (p. 4). A superação do mérito exige, então, um deslocamento ético e epistemológico: abandonar a lógica da competição e reconstruir a educação como prática de solidariedade e emancipação coletiva.

Considerações Finais

Encerrar este estudo é, de certo modo, reconhecer que a discussão sobre meritocracia e

justiça social não se limita ao campo das ideias, mas atravessa práticas, decisões e relações concretas. Ao longo da pesquisa, ficou evidente que o mérito, quando descolado das condições reais de acesso e permanência, converte-se em instrumento de exclusão e naturalização das desigualdades. O discurso meritocrático, embora sedutor em sua promessa de reconhecimento ao esforço individual, mascara o abismo que separa aqueles que têm oportunidades daqueles que apenas sonham com elas.

Enquanto operadores do Direito e educadores em formação, percebemos que o mito do mérito atravessa tanto o sistema de justiça quanto o sistema educacional: ambos sustentam-se na crença de que todos partem do mesmo ponto, ignorando as marcas estruturais que condicionam trajetórias. Essa constatação reforça que a meritocracia, mais do que um conceito, é uma prática social que molda comportamentos, legitima privilégios e enfraquece a noção de responsabilidade coletiva.

No campo do ensino superior, a meritocracia assume feições sofisticadas, expressas em métricas, rankings e avaliações de desempenho que ignoram o contexto social, racial e econômico dos estudantes. A universidade, que deveria ser o espaço da emancipação e da pluralidade, ainda reproduz, em muitos casos, a lógica da seleção e da distinção. A busca por justiça social, portanto, exige mais do que políticas de acesso: requer um deslocamento ético e epistemológico capaz de repensar o próprio sentido de educar e aprender.

Superar a lógica meritocrática não significa rejeitar o valor do esforço, mas reconhecer que ele só se torna legítimo quando as condições de partida são realmente equitativas. A verdadeira justiça educacional é aquela que compreende o mérito não como privilégio, mas como expressão de um processo coletivo, sustentado por políticas de permanência, valorização das diversidades e reconhecimento das diferenças. Uma educação justa é, antes de tudo, uma educação humanizadora — aquela que devolve ao sujeito o direito de existir sem ser comparado, classificado ou medido por parâmetros alheios à sua realidade.

Como pesquisadores, saímos desta investigação com a convicção de que discutir meritocracia é discutir o próprio papel da universidade pública no Brasil. O ensino superior precisa reencontrar seu compromisso com a transformação social e com a formação de cidadãos críticos, solidários e conscientes de sua inserção no mundo. O conhecimento não pode ser privilégio; precisa voltar a ser bem comum, ponte entre mundos e instrumento de libertação.

Assim, concluímos que o enfrentamento à lógica meritocrática passa, inevitavelmente, pela reconstrução do olhar pedagógico, pela reafirmação da justiça social como princípio e pela coragem de transformar o espaço educacional em território de igualdade e de esperança. Educar para a justiça é um ato político — e, sobretudo, um ato de fé na humanidade que ainda podemos reconstruir.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social – notes provisoires. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 31, p. 2–3, jan. 1980. Tradução de Denice Bárbara Catani e Afrânio Mendes Catani. Revisão técnica de Maria Alice Nogueira.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 5–18, maio/ago. 2001.

DUBET, François. Qual democratização do ensino superior? **Cadernos CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255–265, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200002>.

DUBET, François. **A meritocracia na educação de crianças e jovens**. Porto Alegre: PUCRS, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUINDANI, Evandro Ricardo; KOGA, Yáscara Michele Neves. **O novo sucesso: uma crítica à meritocracia**. Curitiba: Appris, 2022.

JESUS, Isabelle Sofia de. **Configurações familiares e desempenho escolar: as contribuições de Bernard Lahire**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2021.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

SILVA, Bruna Caroline Moreira; XAVIER, Wescley Silva; CALBINO, Daniel. Política de cotas e meritocracia: uma análise da percepção de professores universitários. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 1, e20200166, p. 1–34, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2022.65.1.258>.

STANKEVECZ, Rafael Velloso; BERTONCINI, Mateus. A meritocracia neoliberal e o desafio de garantir a justiça social. **Revista CEJUR/TJSC**, Florianópolis, v. 9, n. 1, e370, p. 1–15, jan./dez. 2021.

VALLE, Ione Ribeiro. A reprodução de Bourdieu e Passeron muda a visão do mundo educacional. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, e244296, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248244296>.